INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PREVENÇÃO

APOSTAS LEGAIS E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU

KAMILA JAISSA DOS SANTOS

Foz do Iguaçu

2025

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PREVENÇÃO

APOSTAS LEGAIS E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU

KAMILA JAISSA DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Jamur Johnas Marchi

Foz do Iguaçu

2025

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

KAMILA JAISSA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PREVENÇÃO

APOSTAS LEGAIS E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dr. Jamur Johnas March
UNILA

_____

Prof. Dr. Juan Ignacio Brizuela
UNILA

_____

Prof. Dr. Flavio Alfredo Gaitan
UNILA

Foz do Iguaçu, 03 de dezembro de 2025.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Dedico este trabalho a Deus e à minha família, que me concederam força e motivação diárias ao longo desta trajetória.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de toda sabedoria e força, por guiar meus passos e me sustentar ao longo desta jornada acadêmica.

Manifesto minha profunda gratidão à minha família, meu alicerce incondicional, que com amor e apoio constante, tornou este objetivo possível. Em especial, agradeço à minha mãe, Vanilde Cecilia dos Santos, por sua inspiração e dedicação, e ao meu noivo, Gabriel Alexandre Ribeiro Rocha, pelo companheirismo, pelas palavras de incentivo e pela crença inabalável em meu potencial.

Meus mais sinceros agradecimentos ao meu estimado orientador, Professor Dr. Jamur Johnas Marchi, não apenas pela valiosa orientação intelectual e pelo rigor acadêmico na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, mas, sobretudo, pelo suporte contínuo, pelo incentivo e pela imensa paciência dedicados em cada etapa do processo.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Educar a mente sem educar o coração não é educação alguma.

Aristóteles

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

RESUMO

O presente estudo analisa a importância da educação financeira no ambiente escolar como instrumento de sensibilização e formação crítica dos jovens diante da crescente legalização e popularização dos jogos de aposta no Brasil. A regulamentação das apostas de quota fixa ampliou o acesso de adolescentes e jovens a práticas financeiras de alto risco, ao mesmo tempo em que os baixos níveis de letramento financeiro no país favorecem comportamentos impulsivos e endividamento precoce. Com a massiva exposição a estratégias de marketing digital que associam o jogo à promessa de ganhos fáceis, torna-se essencial compreender como a escola pode atuar na formação de competências para decisões econômicas responsáveis. A pesquisa adota abordagem qualitativa, análise bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas realizadas com o Secretário Municipal de Educação de Foz do Iguaçu e com um informante da direção de escola, a fim de mapear ações e percepções institucionais a respeito do tema. Os resultados indicam que, embora existam iniciativas pontuais relacionadas à educação financeira, persistem desafios como a ausência de sistematização curricular, lacunas na formação docente e a necessidade de maior alinhamento entre políticas educacionais e os riscos emergentes das apostas legais.

Palavras-chave: educação financeira. Letramento Financeiro. endividamento. comportamento econômico.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

RESUMEN

El presente estudio analiza la importancia de la educación financiera en el entorno escolar como instrumento de sensibilización y formación crítica de los jóvenes ante la creciente legalización y popularización de los juegos de apuestas en Brasil. La reglamentación de las apuestas de cuota fija amplió el acceso de adolescentes y jóvenes a prácticas financieras de alto riesgo, al mismo tiempo que los bajos niveles de alfabetización financiera en el país favorecen comportamientos impulsivos y el endeudamiento precoz. Con la amplia exposición a estrategias de marketing digital que asocian el juego con la promesa de ganancias fáciles, resulta esencial comprender cómo la escuela puede actuar en la formación de competencias para la toma de decisiones económicas responsables. La investigación adopta un enfoque cualitativo, con análisis bibliográfico, análisis documental y entrevistas semiestructuradas realizadas con el Secretario Municipal de Educación de Foz do Iguaçu y con un informante de la dirección escolar, con el fin de mapear acciones y percepciones institucionales sobre el tema. Los resultados indican que, aunque existen iniciativas puntuales relacionadas con la educación financiera, persisten desafíos como la falta de sistematización curricular, las brechas en la formación docente y la necesidad de un mayor alineamiento entre las políticas educativas y los riesgos emergentes de las apuestas legales.

Palabras clave: educación financiera; alfabetización financiera; endeudamiento; comportamiento económico.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

ABSTRACT

This study analyzes the importance of financial education in the school environment as an instrument for raising awareness and fostering the critical formation of young people in the face of the growing legalization and popularization of betting games in Brazil. The regulation of fixed-odds betting has expanded adolescents' and young adults' access to high-risk financial practices, while the country's low levels of financial literacy favor impulsive behavior and early indebtedness. With the massive exposure to digital marketing strategies that associate gambling with the promise of easy profits, it becomes essential to understand how schools can contribute to the development of competencies for responsible economic decision-making. The research adopts a qualitative approach, combining bibliographic and documentary analysis with semi-structured interviews conducted with the Municipal Secretary of Education of Foz do Iguaçu and a school management representative, in order to map institutional actions and perceptions on the topic. The results indicate that, although there are isolated initiatives related to financial education, challenges persist—such as the lack of curricular systematization, gaps in teacher training, and the need for greater alignment between educational policies and the emerging risks of legalized betting.

Keywords: financial education; financial literacy; indebtedness; economic behavior.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC — Banco Central do Brasil

BNCC — Base Nacional Comum Curricular

CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito

EFC — Educação Financeira Crítica

ENEF — Estratégia Nacional de Educação Financeira

MEC — Ministério da Educação

OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS — Organização Mundial da Saúde

PISA — Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)

PPP — Projeto Político-Pedagógico

SEED — Secretaria de Estado da Educação do Paraná

SME — Secretaria Municipal de Educação

SUS — Sistema Único de Saúde

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Sumário

1 INTRODUÇÃO 1

1.1 PROBLEMÁTICA 3

1.2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS 4

1.3 JUSTIFICATIVA 5

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 7

2.1 O "BOOM" DAS APOSTAS NO BRASIL 7

2.2 A JORNADA DA LEGALIZAÇÃO: LEI Nº 14.790/2023 8

2.3 IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DAS APOSTAS EM JOVENS 10

2.4 O CÉREBRO E A RECOMPENSA 11

2.5 LETRAMENTO FINANCEIRO NO BRASIL E A VULNERABILIDADE 13

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 23

4 ANÁLISE DO CAMPO: FOZ DO IGUAÇU 23

4.1 NÁLISE DE CAMPO E FONTES DE DADOS: EDUCAÇÃO FINANCEIRA CRÍTICA EM FOZ DO IGUAÇU 25

4.2 CONTRASTES NA FORMALIZAÇÃO CURRICULAR: BNCC (MUNICIPAL) VS. ENSINO MÉDIO OBRIGATÓRIO (ESTADUAL) 26

4.3 PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO LOCAL 29

4.3.1 Projetos, Ações e Parcerias na Rede Municipal (SME) 30

4.3.2 O Colégio Estadual: Da Sala de Aula à Formação Docente 31

4.4 A PERCEPÇÃO CRÍTICA E O DESAFIO DAS APOSTAS 33

4.5 SÍNTESE COMPARATIVA DOS RESULTADOS 35

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 38

REFERÊNCIAS 40

APÊNDICES 45

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das apostas digitais no Brasil tem sido acompanhado de um aumento expressivo da participação de jovens e adultos em jogos de azar, muitas vezes sem que estes possuam conhecimentos adequados sobre gestão financeira. Um exemplo emblemático dessa realidade é o chamado "Jogo do Tigrinho"[1], uma modalidade de caça-níquel amplamente disseminada em plataformas online, que se popularizou principalmente entre as camadas mais vulneráveis da população. Segundo pesquisa realizada pelo Serasa, em parceria com o instituto Opinion Box, 40,2% dos apostadores endividados das classes D e E[2] já participaram desse tipo de aposta, evidenciando o alcance preocupante desse fenômeno. Casos como o de Vitória Damaceno Bittencourt, uma jovem de 23 anos que acumulou uma dívida de R$ 110 mil após apostar nesse jogo, ilustram os riscos associados ao envolvimento com apostas.

A situação torna-se ainda mais alarmante diante do baixo nível de educação financeira da população brasileira. Dados do Banco Central apontam que grande parte dos brasileiros apresentam dificuldades em compreender conceitos básicos de finanças pessoais, como orçamento doméstico, planejamento de gastos, crédito, dívida e juros compostos[3]. Essa lacuna de conhecimento, presente em diferentes faixas etárias e classes sociais, contribui para a vulnerabilidade a decisões financeiras impulsivas e de alto risco. A fragilidade é confirmada por dados internacionais: a recente avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)[4] revelou que quase metade dos adolescentes brasileiros (45%) não atinge o nível mínimo de proficiência em letramento financeiro, tornando este público o mais suscetível a armadilhas de consumo e endividamento precoce.

Economistas Brasileiro como Gustavo Cerbasi[5] têm chamado atenção para a importância da educação financeira como ferramenta de transformação social,

---

[1] Termo popular utilizado para se referir a jogos de azar digitalizados com mecânica semelhante a caça-níqueis, considerados ilegais pela legislação brasileira até 2023.

[2] Indicador de vulnerabilidade financeira baseado em critérios socioeconômicos do IBGE, que classificam a renda mensal familiar das classes D e E.

[3] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Letramento Financeiro no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2018

[4] OECD/PISA (2022), que avaliou habilidades de letramento financeiro entre adolescentes.

[5] CERBASI, Gustavo. Pais Inteligentes Enriquecem Seus Filhos. São Paulo: Sextante, 2019.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

ressaltando que o conhecimento sobre finanças pessoais não apenas melhora a qualidade de vida, mas também protege indivíduos contra armadilhas financeiras, como o superendividamento[6] e o consumo descontrolado. Em suas obras, Cerbasi defende que a formação de uma consciência financeira crítica deve começar ainda na juventude, como forma de preparar os cidadãos para lidar com situações de risco, como as apostas.

Esse cenário se torna ainda mais delicado com a recente legalização das apostas de quota fixa no Brasil, regulamentada pela Lei nº 14.790/2023 (Regula apostas de quota fixa - onde o apostador já sabe o retorno antes de apostar, incluindo eventos esportivos reais e virtuais, jogos online - caça-níqueis, roletas etc.), o que ampliou ainda mais o acesso da população a plataformas de apostas. Se antes a preocupação girava em torno da prevenção ao envolvimento com jogos de azar ilegais, o desafio atual passa a ser a sensibilização e a formação crítica dos cidadãos, especialmente dos jovens, diante de um mercado agora legalizado, amplamente acessível e fortemente apoiado por campanhas publicitárias e influenciadores digitais.

A atuação das redes sociais e o marketing agressivo das plataformas de apostas reforçam essa problemática. Por meio de campanhas patrocinadas e parcerias com influenciadores de grande alcance, essas plataformas promovem os jogos como oportunidades legítimas de lucro, muitas vezes omitindo os riscos envolvidos. Um exemplo foi a convocação da influenciadora Virgínia Fonseca, com mais de 53 milhões de seguidores, para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Apostas Esportivas em maio de 2025. Em seu depoimento, a influenciadora relatou ter recebido contas pré-configuradas[7], gerando críticas por parte de parlamentares pela influência exercida sobre o público jovem.

Além dos aspectos mercadológicos e legais, a psicologia do comportamento financeiro também desempenha um papel relevante nesse contexto. A liberação de dopamina após ganhos em apostas cria um ciclo de reforço que pode levar à repetição compulsiva do comportamento, mesmo após sucessivas perdas. Fenômenos como a

[6] Situação em que o consumidor não consegue pagar suas dívidas sem comprometer o mínimo existencial, conforme a Lei do Superendividamento (Lei 14.181/2021).

[7] Perfis criados pelas plataformas com sugestões de apostas prontas, aumentando o engajamento e o risco de decisões impulsivas.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

"aversão à perda" conceito desenvolvido por Daniel Kahneman[8] e Amos Tversky, ajudam a explicar por que muitos jogadores continuam apostando na tentativa de recuperar o dinheiro perdido, mesmo quando as chances de recuperação são matematicamente mínimas.

Diante desse panorama, a educação financeira nas escolas pode ser uma estratégia para superar o desafio, não apenas de ensinar conceitos técnicos, mas formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de reconhecer os riscos associados às apostas e de tomar decisões financeiras mais responsáveis. Neste estudo, adota-se o conceito de Educação Financeira Crítica, que, diferentemente da abordagem meramente instrumental, integra fatores sociais, emocionais e comportamentais para incentivar o pensamento reflexivo sobre consumo e riscos. Como destaca Lusardi (2019, p. 6), “de modo geral, a alfabetização financeira afeta tudo, desde as decisões financeiras do dia a dia até as de longo prazo, e isso tem implicações tanto para os indivíduos quanto para a sociedade”[9]. É neste contexto de fragilidade formativa e avanço de um mercado de apostas massivamente divulgado que o estudo se volta para a realidade de Foz do Iguaçu. A escolha do município se justifica pela necessidade de avaliar como as políticas públicas educacionais, nas esferas municipal e estadual, estão respondendo a esse novo risco financeiro. Outro fator de escolha foi a conveniência, pois é o local de residência e de estudo da autora. Com o estudo, foi possível observar que, no âmbito local, as iniciativas sobre o tema ainda se apresentam de forma fragmentada e carecem de um direcionamento sistemático voltado à prevenção dos riscos ligados às apostas legais. No âmbito estadual, a pesquisa identificou uma baixa abertura da rede para o tema, o que se manifestou como uma certa dificuldade em atender à pesquisadora e acessar as informações necessárias. Este cenário reforça a urgência de estudos aprofundados sobre as ações existentes e as lacunas institucionais em ambas as esferas de ensino.

1.1 PROBLEMÁTICA

A legalização das apostas de quota fixa no Brasil, impulsionada pela Lei nº 14.790/2023, ampliou o acesso da população — especialmente de adolescentes e

[8] KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect theory: An analysis of decision under risk. Econometrica, v. 47, n. 2, p. 263–291, mar. 1979.

[9] Tradução livre de: LUSARDI, Annamaria. Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications. Swiss Journal of Economics and Statistics, v. 155, n. 1, p. 6, 2019.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

jovens — a práticas financeiras de alto risco. Esse fenômeno ocorre em um cenário de baixo letramento financeiro: quase metade dos jovens brasileiros não domina conceitos básicos de gestão do dinheiro[10], o que os torna mais vulneráveis a decisões impulsivas e ao endividamento.

A escola, nesse contexto, tem papel estratégico para formar cidadãos críticos e financeiramente conscientes. Embora a Base Nacional Comum Curricular trate o tema de forma transversal, sua aplicação prática depende de políticas locais e do engajamento das redes de ensino.

Em Foz do Iguaçu, há iniciativas pontuais, mas ainda limitadas para enfrentar o avanço das apostas legais e seus riscos socioeconômicos. Assim, este estudo busca responder: de que forma a Secretaria Municipal de Educação e as escolas estaduais de Foz do Iguaçu abordam a educação financeira no contexto da popularização das apostas legais?

1.2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Este trabalho tem como objetivo geral analisar de que maneira a educação financeira crítica vem sendo implementada pela Secretaria Municipal de Educação e pelas escolas estaduais de Foz do Iguaçu como estratégia de prevenção diante dos riscos associados à legalização das apostas. Alinhado a esse objetivo, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: identificar políticas públicas, diretrizes curriculares e programas institucionais relacionados à educação financeira; descrever projetos, ações pedagógicas e parcerias desenvolvidas que abordam a educação financeira, com foco na prevenção de comportamentos de risco financeiro entre jovens; e avaliar em que medida as práticas de educação financeira identificadas contribuem para a sensibilização e formação crítica dos jovens diante dos riscos socioeconômicos da legalização das apostas.

A realização deste estudo assume uma elevada relevância social e educacional, pois se insere em um momento crucial de expansão do mercado de apostas legais, expondo a juventude a novos e complexos riscos socioeconômicos e

[10] **FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos.** *Maioria dos brasileiros admite entender pouco de educação financeira, mostra pesquisa.* Observatório FEBRABAN – IPESPE, 2025.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

psicossociais. O trabalho tem o papel de apresentar a fragilidade e a urgência de proteger os jovens. Ele destaca, assim, a importância da Educação Financeira Crítica como uma ferramenta de defesa social contra as vulnerabilidades criadas por este novo mercado.

1.3 JUSTIFICATIVA

A legalização das apostas de quota fixa no Brasil, consolidada pela Lei nº 14.790/2023[11], transformou um mercado antes informal em um setor amplamente acessível, digitalizado e massivamente divulgado. Plataformas de apostas patrocinam eventos esportivos, influenciadores digitais e produzem campanhas publicitárias que alcançam milhões de jovens diariamente, reforçando a ideia de ganhos rápidos e fáceis. No entanto, esse avanço ocorre em um país onde os níveis de letramento financeiro permanecem baixos — quase metade dos adolescentes brasileiros não atinge o nível mínimo de proficiência em educação financeira, segundo dados recentes do PISA (OCDE, 2024)[12].

Esse cenário cria um terreno fértil para o endividamento precoce e para comportamentos financeiros impulsivos, especialmente entre os jovens, público mais suscetível às promessas de lucro rápido e ao apelo emocional da publicidade digital. Casos amplamente divulgados pela mídia, como o da jovem que acumulou dívidas superiores a R$ 100 mil em plataformas como o popular “Jogo do Tigrinho”, ilustram as consequências sociais desse fenômeno. Ao mesmo tempo, observa-se um crescimento expressivo de atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) relacionados a dependência e transtornos de jogo[13], o que transforma a questão em um problema também de saúde pública.

Apesar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[14] prever o tema de forma transversal e de existirem programas nacionais como o Aprender Valor, a efetiva implementação da educação financeira nas escolas brasileiras ainda enfrenta obstáculos: falta de formação docente, escassez de materiais contextualizados à

[11] Diário Oficial da União, Brasília, DF

[12] Relatório PISA 2022 – Resultados Brasileiros. Paris: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2024

[13] BASÍLIO, Raíssa; MARIANI, Daniel. Atendimento a dependentes de apostas cresce 7 vezes no SUS, com alta maior entre mulheres. Folha de S.Paulo, 14 nov. 2024.

[14] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

realidade social dos estudantes e dificuldades em integrar o tema ao currículo de forma contínua e prática.

Assim, o estudo justifica-se por unir duas agendas emergentes: a proteção social dos jovens frente ao avanço de um mercado de apostas cada vez mais presente em seu cotidiano e a necessidade de avaliar como políticas públicas educacionais locais estão respondendo a esse novo risco financeiro. Ao mapear práticas, desafios e lacunas da educação financeira crítica no contexto de Foz do Iguaçu, o trabalho fornece insumos para gestores públicos, escolas e formuladores de políticas educacionais ampliarem e qualificarem estratégias preventivas, além de contribuir academicamente ao explorar um tema pouco estudado na perspectiva municipal.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas últimas décadas, o mercado global de apostas digitais tem se expandido em ritmo acelerado, impulsionado por fatores como a digitalização, a globalização do entretenimento e o crescimento do acesso à internet. Estima-se que bilhões de dólares circulem nesse setor anualmente[15], com novos mercados emergindo em diversos países. Segundo a CNN BRASIL (2024)[16], a popularização dos cassinos online e das plataformas de apostas esportivas reflete não apenas uma tendência econômica, mas também uma mudança significativa nas formas de lazer.

Nesse contexto, o Brasil desponta como um novo polo de apostas digitais, registrando um aumento exponencial no número de plataformas e de apostadores nos últimos anos. Até recentemente, o setor operava em uma zona cinzenta da legislação, com empresas sediadas no exterior atuando livremente no país. No entanto, com a sanção da Lei nº 14.790/2023, o mercado brasileiro passa por um processo de formalização, prometendo maior controle estatal, arrecadação tributária e mecanismos de proteção social.

2.1 O "BOOM" DAS APOSTAS NO BRASIL

O crescimento das apostas digitais no Brasil pode ser explicado por uma combinação de fatores tecnológicos, econômicos e culturais. A ampla disseminação de smartphones e a crescente cobertura da internet móvel tornaram possível o acesso instantâneo às plataformas de apostas, muitas das quais oferecem bônus, gratificações e uma experiência de uso altamente gamificada.

Além disso, o atual momento delicado da economia brasileira, marcado pela alta da inflação e pela elevação da taxa Selic[17], tem reduzido o poder de compra da população e dificultado o acesso ao crédito[18]. Esse cenário de incerteza e pressão financeira faz com que muitos brasileiros vejam nas apostas uma alternativa

[15] O Brasil está se consolidando como o quinto maior mercado de apostas on-line do mundo, movimentando bilhões de dólares por ano (BBC BRASIL, 2024).

[16] As coberturas jornalísticas têm destacado o crescimento acelerado das plataformas de apostas no Brasil, evidenciando sua crescente presença no cotidiano dos jovens. BORGES, Deivid; BETNACIONAL. O mercado de apostas esportivas no Brasil (CNN BRASIL, 2024).

[17] O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil manteve a taxa básica de juros (Selic) em 15,00% ao ano na reunião realizada em 5 de novembro de 2025.

[18] GARCIA, Nathalia. Quase 60 % dos itens de inflação estão acima do teto da meta perseguida pelo BC, diz Galípolo. Folha de S.Paulo, Brasília, 9 jul. 2025.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

aparentemente rápida para complementar a renda ou tentar sair das dificuldades, impulsionando ainda mais a popularização dessas práticas.

Apesar de ilusória, a promessa de retorno financeiro fácil atrai jovens, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Outro fator importante é o massivo investimento em publicidade por parte das casas de apostas, que patrocinam clubes de futebol, influenciadores, campeonatos e programas de televisão, aumentando sua legitimidade social e visibilidade.

Além dos aspectos tecnológicos e culturais, os impactos econômicos das apostas digitais no Brasil também são expressivos. Segundo estudo citado na CNN Brasil (2024) [19], o setor de apostas online já movimenta cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Isso representa uma parcela significativa da economia nacional, colocando o mercado de apostas como um dos mais lucrativos do segmento digital. No entanto, essa movimentação não ocorre sem consequências sociais relevantes. O mesmo estudo aponta que, entre a população de menor renda, os gastos com apostas podem comprometer até 20% do orçamento livre mensal, ou seja, a parcela de renda disponível após o pagamento de despesas fixas essenciais.

Esses dados evidenciam uma realidade alarmante: para milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade, o jogo não se apresenta apenas como forma de entretenimento, mas como uma tentativa de solução financeira imediata.

2.2 A JORNADA DA LEGALIZAÇÃO: LEI Nº 14.790/2023

A regulação das apostas no Brasil sempre foi um tema controverso. Por décadas, a legislação brasileira proibia jogos de azar, com exceção das loterias estaduais e da federal. No entanto, o avanço das tecnologias digitais e a atuação de empresas estrangeiras tornaram ineficaz a proibição, pressionando o Estado a rever sua postura.

A Lei nº 14.790/2023 representa um marco na legalização e regulamentação das apostas de quota fixa, permitindo que empresas obtenham licenças para operar legalmente no país. Essa modalidade consiste em apostas em eventos futuros, como partidas esportivas, com cotas pré-determinadas de retorno.

[19] NAKAGAWA, Fernando. Apostas movimentam 1% do PIB e comprometem até 20% do orçamento livre dos mais pobres, diz estudo. CNN Brasil, 20 jun. 2024.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Entre os principais pontos da legislação, destacam-se: A lei define essa modalidade como uma aposta em que o valor do prêmio é conhecido no momento da aposta, conforme a cota oferecida. Esse modelo é amplamente utilizado por plataformas esportivas e é considerado mais transparente do que outras formas de jogo. As apostas em eventos reais de temática esportiva referem-se àquelas realizadas sobre competições, torneios ou jogos oficiais, sejam eles individuais ou coletivos, promovidos por entidades reconhecidas nacional ou internacionalmente. Nessas apostas, o resultado é incerto no momento da realização da aposta e as cotas são fixas, o que significa que o valor do prêmio potencial é conhecido pelo apostador previamente, facilitando a tomada de decisão. É importante destacar que eventos que envolvam exclusivamente menores de 18 anos são excluídos dessa modalidade, garantindo maior responsabilidade social.

Por sua vez, os jogos online abrangem modalidades em que o resultado não depende de eventos esportivos reais, mas sim de eventos virtuais cujo desfecho é determinado por sistemas eletrônicos que utilizam geradores randômicos de números (RNG). Exemplos típicos incluem os jogos de caça-níqueis, roletas virtuais, jogos do tipo “crash” e o popular “jogo do tigrinho”. Nessas modalidades, embora o resultado seja aleatório, o sistema de quota fixa garante que o apostador saiba, no momento da aposta, as regras do jogo e o potencial retorno, ainda que este dependa do evento virtual que se desenrola.

O Ministério da Fazenda é o órgão responsável por emitir as licenças de operação. As empresas devem cumprir uma série de exigências, como demonstrar capacidade financeira, estrutura tecnológica adequada e mecanismos de controle contra fraudes e lavagem de dinheiro.

A lei estabelece que as empresas serão tributadas em 12% sobre a receita bruta obtida com as apostas. Além disso, os apostadores deverão pagar imposto de renda sobre os ganhos que excederem R$ 2.259,20, com alíquota de 15%. A arrecadação será direcionada para áreas como educação, saúde e esporte.

Há diretrizes claras sobre a propaganda de apostas, que deve evitar induzir menores de idade ou sugerir ganhos fáceis[20]. As empresas são obrigadas a incluir alertas sobre os riscos do jogo e incentivar o jogo responsável. A legislação prevê que

[20] CONAR. Regras para a Publicidade de Apostas.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

as operadoras devem disponibilizar ferramentas para limitar gastos, tempo de uso e autoexclusão voluntária dos usuários.

Enquanto parte da sociedade e do setor econômico vê a legalização como um avanço para a arrecadação fiscal e a formalização do mercado, outros apontam riscos. Há preocupações legítimas com o aumento do endividamento, da compulsão e da manipulação de resultados esportivos. Segundo Silva & Souza (2023), a capacidade do Estado em fiscalizar efetivamente esse mercado será determinante para o sucesso da legislação.

A formalização das apostas digitais no Brasil, por meio da Lei nº 14.790/2023, representa um avanço importante no enfrentamento de um mercado que já operava de forma massiva e desregulada. Ao definir regras claras de licenciamento, tributação e publicidade, o Estado dá um passo relevante rumo à institucionalização da atividade. No entanto, a eficácia da legislação dependerá diretamente da sua aplicação prática, especialmente no que se refere à fiscalização e à proteção da saúde pública.

Embora a Lei nº 14.790/2023 represente um avanço ao retirar o mercado de apostas da informalidade e estabelecer mecanismos de arrecadação e fiscalização, observa-se uma assimetria relevante entre o foco arrecadatório do Estado e a estruturação de políticas públicas voltadas à mitigação dos impactos sociais e psicossociais do jogo. A legislação prioriza a tributação das operadoras e a destinação genérica de recursos para áreas como saúde, educação e esporte, mas não estabelece, de forma clara e vinculante, programas específicos de prevenção, tratamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou dependência. Portanto, é essencial que haja um monitoramento contínuo, com envolvimento de órgãos reguladores, pesquisadores, profissionais de saúde e a própria sociedade.

2.3 IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DAS APOSTAS EM JOVENS

O vício em jogos de azar, conhecido como ludopatia[21] ou jogo patológico. é reconhecido atualmente como um transtorno comportamental de saúde mental pela

[21] O termo **“ludopatia”** tem origem na junção do latim *ludus* (jogo) com o grego *patho-* (doença), designando literalmente a “doença do jogo”.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com a OMS, o comportamento de jogo pode evoluir para um padrão persistente e recorrente, levando a consequências negativas para a saúde física e mental, bem como prejuízos sociais, profissionais e familiares. Diferente dos transtornos relacionados ao uso de substâncias, o jogo patológico não envolve a ingestão de drogas, mas compartilha mecanismos neurobiológicos semelhantes, especialmente no que diz respeito à ativação do sistema de recompensa cerebral e à perda de controle sobre o próprio comportamento. A OMS alerta que o jogo excessivo pode provocar sofrimento significativo e requer atenção clínica adequada, especialmente diante do aumento do acesso a plataformas de apostas online e jogos eletrônicos, o que potencializa o risco de dependência e de danos à saúde[22].

Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, tem se posicionado a favor de medidas mais rigorosas de controle sobre as plataformas de apostas. Padilha defende a implementação de mecanismos de acolhimento e atendimento profissional por parte dessas empresas, além de alertar publicamente sobre os riscos inerentes à prática de apostas. A preocupação é tamanha que o Ministro compara a necessidade de regulamentação e controle das apostas ao modelo já estabelecido para o tabaco, o que sublinha a dimensão do desafio de saúde pública que o vício em jogos representa para a sociedade brasileira.[23]

2.4 O CÉREBRO E A RECOMPENSA

O sistema de recompensa cerebral é central para a compreensão do vício em apostas. Ele envolve a liberação do neurotransmissor dopamina, que gera sensações de prazer, euforia e bem-estar diante de estímulos agradáveis. Atividades que ativam esse sistema, como o ato de ganhar uma aposta, causam uma descarga de dopamina, que reforça a repetição do comportamento. Estudos em neurociência, como o de Johnson (2022)[24], demonstram que a dopamina não só é liberada na experiência do prazer, mas também na antecipação da recompensa, estimulando o desejo e a

[22] WORLD HEALTH ORGANIZATION. Gambling. Newsroom – Fact sheets, 2 de dezembro de 2024.

[23] VARGAS, Mateus. SUS tem alta de atendimentos por vício em aposta, e Padilha defende controle como o do cigarro. Folha de S.Paulo, São Paulo, 10 jun. 2025.

[24] DEJONG, Shelly. MSU study reveals dopamine's unexpected role in memory devaluation. East Lansing: Department of Psychology – Michigan State University,

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

expectativa. O estudo foi conduzido pela Michigan State University (MSU) revela um papel inesperado da dopamina na modulação das memórias associadas a recompensas. Tradicionalmente, a dopamina é reconhecida por sua função na motivação e no prazer, sendo liberada durante experiências recompensadoras. No entanto, essa pesquisa demonstra que a dopamina também está envolvida na redução do valor percebido dessas memórias ao longo do tempo, influenciando comportamentos futuros relacionados a essas recompensas.

Esse achado amplia a compreensão sobre a função da dopamina, indicando que ela não apenas reforça comportamentos motivados por recompensas, mas também participa ativamente na modulação das memórias dessas experiências, influenciando decisões e comportamentos futuros.

Essa atuação da dopamina, especialmente na antecipação da recompensa e no reforço de estímulos prazerosos, está diretamente ligada ao padrão comportamental observado nos jogadores compulsivos. O ciclo do vício em jogos de azar é um processo complexo que se sustenta em mecanismos psicológicos e neurobiológicos altamente eficazes em manter o indivíduo preso a um comportamento repetitivo e autodestrutivo.

Conforme Silva (2025)[25], esse ciclo é alimentado por recompensas intermitentes — ou seja, os ganhos ocorrem de forma imprevisível e aleatória —, o que intensifica o engajamento e dificulta o abandono da prática. O apostador é constantemente exposto a estímulos visuais e sonoros que reforçam a experiência sensorial e emocional do jogo, criando uma atmosfera de excitação contínua.

Segundo o autor, à medida que o jogador continua apostando, ele desenvolve tolerância, ou seja, precisa apostar quantias maiores ou com maior frequência para alcançar os mesmos níveis de satisfação e excitação. Isso desencadeia uma escalada de comportamento que muitas vezes culmina em dívidas, conflitos familiares e perdas emocionais significativas. O jogo deixa de ser uma atividade de lazer e passa a ser uma necessidade psicológica, associada a sintomas como irritabilidade, ansiedade e depressão quando não praticado — o que caracteriza a abstinência. Nesse ponto, o jogador já está profundamente imerso no ciclo vicioso, enfrentando dificuldade em interromper o comportamento mesmo diante de prejuízos evidentes. O artigo destaca,

[25] SILVA, Vinícius Germano Almeida. Ciclo vicioso e consequências dos jogos de azar. BIUS – Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia, Manaus, v. 51, n. 45, mar. 2025.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

ainda, que o marketing agressivo das plataformas de apostas, aliado à facilidade de acesso por meio de dispositivos móveis e redes sociais, agrava a situação, ampliando o alcance desse fenômeno entre populações vulneráveis, como os jovens. Diante disso, o autor reforça a urgência de políticas públicas que restrinjam a exposição a jogos de azar e ofereçam suporte psicológico adequado, tratando o problema como uma questão de saúde pública.

Essa dinâmica é amplamente discutida por especialistas em saúde mental, que alertam para a nova realidade dos vícios em apostas online. Conforme reportagem do Estadão, a psicóloga Elizabeth Carneiro e o psiquiatra Hermano Tavares, referências no estudo do jogo patológico, destacam que as plataformas de apostas e jogos como o "Jogo do Tigrinho" funcionam como "caça-níqueis ambulantes", gerando uma estimulação rápida e de alta intensidade, 24 horas por dia. Eles observam que a rapidez com que o reforço chega ao cérebro aumenta o poder aditivo, ativando as mesmas estruturas cerebrais implicadas na dependência de álcool e outras drogas[26].

Diante desse panorama, torna-se evidente que o vício em apostas tem uma base neurobiológica sólida e que os jovens são particularmente suscetíveis aos seus efeitos devido às características de desenvolvimento cerebral.

2.5 LETRAMENTO FINANCEIRO NO BRASIL E A VULNERABILIDADE

Segundo Lusardi e Mitchell (2014) “literacia financeira é a capacidade de processar informações financeiras e tomar decisões informadas sobre planejamento, acumulação de riqueza, endividamento e aposentadoria” [27]. No contexto da vida adulta, o letramento financeiro é crucial para a autonomia e o bem-estar, permitindo que as pessoas evitem armadilhas financeiras, como o endividamento excessivo e a adesão a esquemas fraudulentos. Sem esse conhecimento, indivíduos ficam mais vulneráveis a situações que comprometem sua estabilidade financeira e sua qualidade de vida.

[26] FERRARI, Leon. Com bets e ‘tigrinho’, médicos se preocupam com nova face do vício em jogo: ‘Caça-níquel ambulante’. Estadão, São Paulo, 11 julh. 2025.

[27] LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Diversas pesquisas recentes apontam que o nível de letramento financeiro da população brasileira é insatisfatório[28] e representa um desafio para o desenvolvimento socioeconômico do país. Conforme pesquisa nacional realizada pela FEBRABAN (2023), a compreensão do que é educação financeira ainda é limitada entre os brasileiros, como demonstram os dados a seguir:

> Para 47%, o termo “educação financeira” está associado principalmente à gestão cotidiana do orçamento doméstico, ou seja, ao planejamento e controle de receitas e gastos. Aprender a investir o dinheiro foi mencionado por 23%; evitar dívidas foi citado por 14%; o ato de guardar dinheiro para emergências foi citado por 12%; e 2% associam educação financeira ao acompanhamento do pagamento de dívidas. (FEBRABAN, 2023).

O relatório divulgado pelo Banco Central do Brasil, por meio do programa Aprender Valor, intitulado “Relatório da OCDE avalia letramento financeiro entre adolescentes”[29], oferece um diagnóstico preocupante sobre a situação da educação financeira dos jovens brasileiros.

Baseado nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) 2022, o estudo revela que o Brasil obteve uma média de 416 pontos em letramento financeiro, enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi de 498 pontos. Esse desempenho coloca o Brasil entre os últimos colocados no ranking internacional, evidenciando uma lacuna significativa no desenvolvimento de competências financeiras entre os adolescentes. Os dados apontam que 45% dos estudantes brasileiros de 15 anos estão abaixo do nível considerado mínimo de proficiência em letramento financeiro, o que significa que quase metade dessa população jovem não possui as habilidades básicas necessárias para tomar decisões conscientes em relação ao dinheiro. Esses jovens enfrentam dificuldades em tarefas simples como entender uma fatura de cartão de crédito, calcular os juros de um empréstimo ou planejar os gastos mensais. Além das habilidades matemáticas, a pesquisa também avaliou atitudes e comportamentos em relação ao dinheiro, e os resultados indicam que o Brasil precisa avançar não apenas em conhecimento técnico, mas também em aspectos comportamentais ligados ao uso responsável dos recursos financeiros.

---

[28] *Pesquisa Observatório Febraban constata que a ampla maioria da população avalia o impacto das Bets nas finanças das famílias como muito negativo ou negativo*(FEBRABAN, 2023)

[29] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório da OCDE avalia letramento financeiro entre adolescentes. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Outro ponto destacado pelo relatório é a influência das desigualdades socioeconômicas sobre o desempenho dos estudantes. A diferença entre os alunos com maior e menor nível socioeconômico chega a 86 pontos, evidenciando que as condições sociais têm impacto direto no acesso à educação financeira e no desenvolvimento dessas habilidades. Além disso, fatores como o ambiente familiar e o contexto escolar também exercem forte influência. Embora o Brasil tenha registrado uma média semelhante à de outros países no que diz respeito ao diálogo familiar sobre finanças — com 76% dos alunos afirmando conversar com os pais sobre dinheiro —, isso não tem sido suficiente para garantir um desempenho satisfatório.

Com isso a vulnerabilidade financeira é uma realidade presente na vida de grande parte da população brasileira, especialmente entre as classes de baixa renda. Segundo o estudo "Vulnerabilidade Financeira e Poupança nas Populações de Baixa Renda no Brasil"[30], apresentado no XII SINGEP-CIK, essa condição vai muito além da simples falta de recursos. Trata-se de um fenômeno multifatorial, que envolve aspectos econômicos, sociais, educacionais e até comportamentais.

Entre as principais consequências da vulnerabilidade financeira destacam-se a baixa capacidade de poupança, a instabilidade no consumo básico e a exclusão do sistema financeiro formal. A pesquisa revelou que, em muitos casos, a falta de conhecimento sobre investimentos e finanças pessoais é um dos principais fatores que impedem essas populações de buscar alternativas para melhorar sua condição econômica. Cerca de 35% dos entrevistados relataram não ter qualquer conhecimento sobre investimentos, enquanto outros 32% destacaram a incerteza sobre futuras necessidades financeiras como obstáculo para a formação de reservas.

Outro efeito direto dessa vulnerabilidade é a ausência de reservas emergenciais. Dados apontam que mais de 70% das famílias das classes D e E não possuem recursos suficientes sequer para um mês de crise, o que as torna extremamente suscetíveis a choques econômicos, como perda de emprego, doenças ou qualquer gasto inesperado. A instabilidade da renda, principalmente entre trabalhadores informais e autônomos, agrava ainda mais esse cenário, impossibilitando um planejamento financeiro consistente.

---

[30]SILVA, Eduardo André Cândido; VILS, Leonardo. Vulnerabilidade financeira e poupança nas populações de baixa renda no Brasil. In: **SINGEP-CIK – Congresso Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**, 12., 2024, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: UNINOVE.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Além disso, a desconfiança em relação às instituições financeiras é outro fator que impacta negativamente a capacidade de poupança dessas populações. Muitos preferem guardar dinheiro em casa, mesmo cientes dos riscos de roubo ou desvalorização, por medo de perder o controle sobre seus recursos ou sofrer prejuízos com aplicações mal compreendidas.

Do ponto de vista social, a vulnerabilidade financeira também reforça o ciclo da pobreza. As famílias mais afetadas enfrentam dificuldades no acesso à educação, saúde, moradia adequada e transporte, o que perpetua as desigualdades socioeconômicas. A falta de estabilidade financeira limita a mobilidade social, reduz a capacidade de investimento em formação profissional e dificulta o acesso a melhores oportunidades de trabalho.

Por fim, o estudo reforça a importância de políticas públicas voltadas à inclusão financeira e à educação econômica, destacando que apenas oferecer crédito ou facilitar o acesso a serviços bancários não é suficiente. É necessário criar condições para que essas populações compreendam e saibam utilizar adequadamente os instrumentos financeiros disponíveis, promovendo assim maior segurança econômica e social.

O fenômeno do endividamento crônico assume uma dimensão ainda mais preocupante quando relacionado ao crescimento das apostas online (“bets”) entre brasileiros, especialmente aqueles que já se encontram em situação financeira vulnerável. Um levantamento realizado pela fintech Klavi, divulgado pelo jornal Estadão, apontou que 30% de uma amostra de 5 mil clientes bancários de todo o país buscou crédito e, em seguida, utilizaram parte ou todo o valor em apostas online ao longo dos 12 meses anteriores à pesquisa. O gasto médio por apostador foi de R$ 1.113,09, com a maioria dos empréstimos variando entre R$ 500 e R$ 4 mil. Segundo o presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, Pedro Afonso Gomes, o aumento do endividamento decorrente das apostas está diretamente relacionado à falta de educação financeira no Brasil, afetando principalmente grupos de menor renda e contribuindo para o agravamento da inadimplência e o encarecimento do crédito.[31]

[31] GONSALVES, Wesley. Bets: cresce número de brasileiros que pegam empréstimos e gastam em apostas online, mostra pesquisa. *Estadão*, 26 set. 2024.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Esse comportamento é instigado por campanhas publicitárias que associam apostas a ganhos fáceis, status e emoção — recorrentemente veiculadas por influenciadores digitais durante eventos esportivos. Essas estratégias têm forte apelo emocional sobre pessoas endividadas, que veem nas apostas uma tentativa de "fugir do vermelho". Porém, a realidade é dura: a "lógica algorítmica dos jogos[32]" favorece perdas sistemáticas, estimulando o reinvestimento compulsivo — o que aprofunda ainda mais o ciclo de dívida.

O impacto psicológico é outro aspecto crítico. Na mesma matéria do estudo no jornal Estadão informa que mesmo após a quitação de dívidas, muitos ex-endividados continuam apostando — passando de 3,5% para 6,8% entre março e novembro de 2024. Essa persistência indica um problema comportamental e emocional, onde o jogo se torna um mecanismo de enfrentamento à ansiedade, frustração ou busca por gratificação imediata — o que pode precipitar uma recaída no endividamento. Bruno Chan, CEO da Klavi, alerta que o dinheiro direcionado às apostas poderia ser usado para quitar dívidas ou compor uma reserva de emergência. Em vez disso, alimenta o ciclo de dependência: menos dinheiro disponível, mais esforço para recuperar perdas, novas dívidas — e um agravamento no quadro financeiro. Esse padrão configura o que se denomina endividamento crônico, uma condição difícil de romper sem intervenção financeira e emocional estruturada.

A educação financeira tem impacto direto na qualidade das decisões econômicas individuais, funcionando como uma barreira preventiva contra o superendividamento e outras armadilhas financeiras.[33] Mais do que ensinar conteúdos matemáticos ou noções básicas de orçamento, essa abordagem propõe uma formação cidadã, que integra aspectos sociais, emocionais, comportamentais e econômicos na construção da autonomia financeira.

O primeiro pilar fundamental da educação financeira crítica é o desenvolvimento da capacidade de tomada de decisão. Isso envolve ensinar o indivíduo a avaliar riscos, planejar a longo prazo e resistir a impulsos de consumo imediato. Para Lusardi e Mitchell (2013),[34] a educação financeira deve preparar o

---

[32] MUNHOZ, Fábio. Jogo do Tigrinho: algoritmo pode ser manipulado para alterar resultados, diz especialista. CNN Brasil, São Paulo, 2 jul. 2024. Atualizado em 1 jul. 2024.

[33] LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

[34] LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. NBER Working Paper Series, n. 18952, p. 2, 2013.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

cidadão para processar informações econômicas de maneira eficiente, permitindo escolhas mais conscientes em áreas como planejamento financeiro, acumulação de riqueza e endividamento. A formação de habilidades para avaliar as consequências de decisões financeiras é essencial para reduzir comportamentos impulsivos e vulneráveis, especialmente em contextos em que a oferta de crédito fácil e as promessas de enriquecimento rápido são frequentes.

Outro elemento central da abordagem crítica é a análise do contexto socioeconômico. A educação financeira, nesse sentido, deve capacitar os indivíduos a compreenderem como fatores macroeconômicos – como inflação[35], taxas de juro[36], crédito e políticas públicas – influenciam diretamente suas decisões financeiras diárias. Essa compreensão não pode ser dissociada da realidade social em que o indivíduo está inserido, já que aspectos como pressão social, estímulos ao consumo e padrões de status têm impacto direto nas escolhas de consumo e nas práticas financeiras. Estudos recentes apontam que, a educação financeira deve atuar como uma estratégia de enfrentamento à pressão social exercida pelas mídias, influenciadores e pelo próprio sistema econômico, proporcionando aos cidadãos uma formação crítica e consciente diante dos desafios da sociedade de consumo[37].

A inclusão dos direitos e deveres do consumidor também faz parte dessa estratégia preventiva. O Banco Central do Brasil, por meio do programa "É da sua conta", tem promovido campanhas de orientação que visam esclarecer os consumidores sobre seus direitos diante de abusos financeiros, como taxas abusivas, cláusulas contratuais prejudiciais e propaganda enganosa (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2025)[38]. Conhecer os próprios direitos é fundamental para que os jovens possam questionar abordagens enganosas.

Além disso, a educação financeira crítica trabalha na desmistificação do "dinheiro fácil", combatendo a cultura do imediatismo e da ilusão de ganhos rápidos.

---

[35] BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é inflação.

[36] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Entenda os juros. Programa Cidadania Financeira, Banco Central do Brasil.

[37] Educação financeira e seus desafios diante da pressão social. Revista Cocar, v. 21, n. 39, p. 1-17, 2024.

[38] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Semana ENEF: BC lança a “É da sua conta”. Nota à imprensa, 8 fev. 2025.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Conforme reportado pela Folha de S.Paulo (2024)[39], o crescimento das dívidas entre jovens apostadores brasileiros está diretamente relacionado à falta de educação sobre riscos financeiros e ao excesso de propaganda que romantiza as apostas como solução para problemas econômicos.

Nesse contexto, a escola desempenha papel crucial. De acordo com relatório da OCDE (2024), os dados do PISA 2022:

> As escolas também podem ser um canal por meio do qual a educação financeira é fornecida. Os resultados do PISA 2022 indicam que existe uma correlação positiva entre o desempenho em literacia financeira e a exposição dos alunos a dinheiro e ao aprendizado de termos relacionados a finanças no ambiente escolar. Estudantes que relataram ter aprendido diversos termos financeiros ou econômicos na escola e ainda se lembravam de seu significado apresentaram desempenho mais elevado em literacia financeira do que aqueles que não tiveram esse aprendizado, mesmo considerando as características dos alunos e das escolas, bem como o desempenho dos estudantes em matemática e leitura, em média, nos países da OCDE e em todos os países e economias participantes.[40]

Finalmente, a educação financeira como estratégia de prevenção deve ir além do ambiente escolar, promovendo o diálogo familiar e comunitário sobre o tema. Incentivar conversas abertas nas famílias acerca de dinheiro, consumo e riscos das apostas é uma medida que amplia o alcance das ações preventivas e fortalece a rede de proteção aos jovens.

Dessa forma, fica evidente que a educação financeira crítica, ao integrar conhecimento técnico, análise contextual, consciência social e desenvolvimento de valores, representa uma das respostas mais eficazes na prevenção do endividamento juvenil e do vício em apostas. A adoção dessa estratégia em larga escala pode contribuir significativamente para a formação de uma geração mais consciente, resiliente e financeiramente responsável.

A intensificação da educação financeira crítica em escolas e outros ambientes educacionais ultrapassa a simples transmissão de conceitos básicos relacionados a dinheiro, poupança e investimento. Seu propósito central é fomentar uma compreensão mais profunda das complexas relações econômicas e sociais que permeiam o cotidiano dos indivíduos, capacitando-os a tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis.

---

[39] FOLHA DE S.PAULO. Um terço dos apostadores de bets estão endividados e com nome sujo, diz pesquisa.

[40] ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students? Paris: OECD Publishing, 2024.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Uma das estratégias mais eficazes para alcançar esse objetivo é a adoção de uma abordagem transversal e interdisciplinar. Ao invés de ser tratada como uma disciplina isolada, a educação financeira crítica pode ser incorporada de maneira integrada em diversas áreas do currículo escolar. Na disciplina de Matemática, por exemplo, os alunos podem aplicar conceitos de juros, orçamento, investimento e dívida em situações práticas do dia a dia, indo além da mera resolução de fórmulas. Em História, o estudo pode abordar a evolução do dinheiro, os diferentes sistemas econômicos e as crises financeiras que marcaram a sociedade, ampliando o entendimento sobre os impactos das escolhas econômicas ao longo do tempo. A Geografia, por sua vez, permite uma análise sobre os fluxos de capital, a globalização, o consumo consciente e os impactos ambientais das decisões financeiras. Já as disciplinas de Sociologia e Filosofia possibilitam discussões sobre ética no consumo, responsabilidade social, endividamento, publicidade e o papel do dinheiro na construção da identidade e das relações sociais. Na Língua Portuguesa, o foco pode estar no desenvolvimento da capacidade de interpretar contratos, notícias econômicas e materiais publicitários de forma crítica e reflexiva.

Além da integração curricular, a adoção de metodologias ativas e contextualizadas é fundamental para garantir o engajamento dos alunos e a efetividade da aprendizagem. Projetos interdisciplinares e estudos de caso, como o planejamento financeiro de eventos escolares ou a análise de orçamentos familiares fictícios, são formas de aproximar os conteúdos da realidade dos estudantes. O uso de jogos e simulações, como o tradicional "Banco Imobiliário" ou plataformas digitais educativas, permite que os alunos vivenciem situações financeiras em um ambiente controlado, estimulando a reflexão e a tomada de decisão. Debates, rodas de conversa e atividades de análise crítica sobre temas como consumismo, crédito responsável e pirâmides financeiras também são recursos didáticos importantes.

Outro aspecto essencial para a implementação de uma educação financeira crítica é a formação continuada de educadores. É imprescindível capacitar os professores não apenas no domínio dos conteúdos financeiros, mas também em estratégias pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a análise de contexto e o protagonismo dos alunos em suas decisões financeiras.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

No Brasil, algumas iniciativas já apresentam resultados relevantes. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)[41], criada em 2010 e atualizada em 2020, é um exemplo de política pública que busca promover a educação financeira e previdenciária de forma ampla e articulada. A ENEF resultou na inclusão da educação financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[42], garantindo sua abordagem desde a Educação Básica. Outro destaque é a realização da Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), que anualmente mobiliza escolas, instituições financeiras e a sociedade civil em prol da educação financeira.

Além disso, Programas educativos promovidos por bancos comerciais e cooperativas de crédito têm contribuído para ampliar o acesso a conteúdo de educação financeira. Esses materiais abordam temas como gestão de finanças pessoais, uso consciente do crédito e investimentos, sendo utilizados também como suporte em atividades escolares.

A efetividade da educação financeira crítica depende da ação coordenada de diferentes agentes sociais. No âmbito familiar, os pais desempenham papel essencial como primeiros educadores financeiros, modelando comportamentos responsáveis, promovendo o diálogo aberto sobre finanças e incentivando a autonomia por meio de experiências práticas como o gerenciamento da mesada. Jogos, brincadeiras e atividades lúdicas podem ser ferramentas eficazes para introduzir conceitos financeiros desde a infância.

A comunidade e a sociedade civil também têm um papel importante nesse processo. Organizações não governamentais, associações de consumidores, cooperativas de crédito e outras entidades promovem cursos, workshops, produzem materiais educativos e desenvolvem ações de mobilização social. Essas iniciativas complementam o trabalho escolar e ampliam o alcance da educação financeira.

O governo, por sua vez, é responsável por formular e executar políticas públicas que garantam a inclusão curricular da educação financeira, regulem o mercado financeiro e de consumo, protejam os cidadãos de práticas abusivas e incentivem a pesquisa e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes. Campanhas de sensibilização, regulamentações de publicidade e fomento a projetos

---

[41] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Enef – Estratégia Nacional de Educação Financeira. Portal MEC, 2018.

[42] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Portal MEC.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

de extensão são algumas das atribuições dos órgãos públicos para fortalecer a educação financeira no país.

Em síntese, a implementação de uma educação financeira crítica requer um esforço coletivo e multidimensional, que envolva escola, família, comunidade e Estado. Somente por meio de uma atuação integrada será possível formar cidadãos mais conscientes, críticos e preparados para enfrentar os desafios financeiros da sociedade contemporânea, especialmente diante dos riscos agravados pela popularização das apostas online e outras práticas econômicas de alto risco.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar de que maneira a Educação Financeira vem sendo implementada pela Secretaria Municipal de Educação e pelas escolas estaduais de Foz do Iguaçu como estratégia de prevenção diante dos riscos associados à legalização das apostas.

A metodologia adotada nesta pesquisa é estudo de caso qualitativo com abordagem exploratório-descritiva, pois busca compreender em profundidade as percepções, interpretações e significados atribuídos pelos gestores públicos à educação financeira no contexto do avanço das apostas entre jovens estudantes. Conforme destacam Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa qualitativa valoriza a compreensão detalhada de fenômenos sociais, priorizando a análise interpretativa e subjetiva dos dados coletados:

> Análise interpretativa e crítica. Individual. Procurar associar as ideias expressas pelo autor com outras de conhecimento do estudante, sobre o mesmo tema. A partir daí, fazer Uma crítica, do ponto de vista da coerência interna e validade dos argumentos empregados no texto e da profundidade e originalidade dada à análise do problema; realizar uma apreciação pessoal e mesmo emissão de juízo sobre as idéias expostas e defendidas" (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 32).[43]

Para a obtenção das informações, foram utilizadas a técnicas de entrevista. A análise documental consistiu no exame de normativas, diretrizes e materiais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu sobre a implementação da educação financeira no ambiente escolar. Paralelamente, foi realizada uma entrevista semiestruturada, por meio do envio de um questionário com perguntas abertas via e-mail a Secretária Municipal de Educação. Essa estratégia de coleta buscou garantir praticidade, formalidade e o registro fiel das respostas, permitindo que o gestor refletisse sobre os temas abordados antes de responder.

As informações obtidas tanto na análise dos documentos quanto nas respostas à entrevista foram analisadas de forma conjunta, com base nos referenciais teóricos da área, buscando-se identificar a percepção institucional sobre os desafios, estratégias e possibilidades da educação financeira como instrumento preventivo diante do crescente acesso dos jovens às apostas online.

---

[43] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

No contexto da educação em Foz do Iguaçu, buscou-se informações em duas fontes de evidências:

a. A rede Municipal: Entrevista semiestruturada com a Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, complementada pela análise de documentos oficiais da Secretaria (visando o Objetivo Específico 1).

b. Rede Estadual: Entrevista com o Colégio Estadual. Este colégio foi a única instituição da Rede Estadual, entre as 25 escolas contatadas pela pesquisa, que forneceu dados. A resposta obtida por meio de questionário aberto com o Informante da direção da escola estadual oferece uma visão detalhada da implementação da Educação Financeira (componente obrigatório do Ensino Médio do Paraná) no nível da gestão escolar, além de fornecer a percepção da prática pedagógica e dos desafios concretos.

Os dados coletados foram tratados de maneira distinta conforme sua natureza. Entrevistas: as respostas foram registradas, transcritas integralmente em documento eletrônico (Microsoft Word).

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

4 ANÁLISE DO CAMPO: FOZ DO IGUAÇU

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados junto à Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu e a um colégio da Rede Estadual de Ensino, com o objetivo de compreender como a Educação Financeira vem sendo implementada no ambiente escolar e em que medida ela contribui para a formação crítica dos estudantes diante da popularização das apostas legais no Brasil.

A partir da abordagem qualitativa adotada na pesquisa, os resultados aqui expostos buscam confrontar as diretrizes e programas institucionais com a prática pedagógica e com a percepção dos gestores sobre os riscos financeiros que atingem os jovens, especialmente aqueles relacionados ao endividamento e ao comportamento de aposta.

A análise é estruturada de forma comparativa entre as duas redes de ensino, considerando que o nível municipal se concentra majoritariamente nos anos iniciais — fase de introdução aos conceitos financeiros — enquanto o ensino médio da rede estadual atende o público mais afetado e exposto às plataformas digitais de apostas. Assim, a investigação evidencia tanto a presença da Educação Financeira nos documentos e planos curriculares quanto suas limitações, lacunas e potenciais como estratégia preventiva e de desenvolvimento da autonomia financeira.

Com isso, este capítulo busca responder aos objetivos específicos da pesquisa, ao identificar ações existentes, avaliar seu alinhamento com a perspectiva de educação financeira crítica e apontar os desafios para o fortalecimento de práticas educativas integradas ao contexto social contemporâneo.

4.1 NÁLISE DE CAMPO E FONTES DE DADOS: EDUCAÇÃO FINANCEIRA CRÍTICA EM FOZ DO IGUAÇU

O presente capítulo destina-se à Análise do Campo, apresentando a interpretação dos dados primários coletados nas esferas municipal e estadual de Foz do Iguaçu. O escopo principal é identificar e avaliar as políticas, as práticas pedagógicas e as percepções institucionais que permeiam a implementação da

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Educação Financeira, com foco na sua abordagem crítica e preventiva diante do cenário de popularização das apostas legais.

A amostra para a coleta de dados primários foi definida de forma intencional, sendo composta por duas fontes, que permitiram uma visão comparativa:

1. Visão Rede Municipal: A entrevista semiestruturada com a Secretária Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, juntamente com a análise documental de diretrizes e normativas pertinentes, fornece o panorama institucional e as políticas públicas da rede municipal.

2. Visão Rede Estadual: O estudo de caso com um Colégio Estadual, por meio da resposta detalha, representa a única fonte de dados primários obtida na rede estadual. Este caso fornece uma visão concreta da implementação curricular, das ações pedagógicas e, principalmente, da percepção crítica da gestão escolar diante dos desafios das apostas digitais, preenchendo a lacuna inicialmente identificada na pesquisa.

Essa constatação dialoga diretamente com o diagnóstico apresentado na fundamentação teórica, segundo o qual quase metade dos adolescentes brasileiros não atinge o nível mínimo de proficiência em letramento financeiro. Esse baixo domínio de conceitos básicos — como juros, orçamento e crédito — cria um cenário de vulnerabilidade que influencia profundamente a forma como as práticas das redes municipal e estadual se estruturam e os desafios que enfrentam para promover uma educação financeira crítica.

4.2 CONTRASTES NA FORMALIZAÇÃO CURRICULAR: BNCC (MUNICIPAL) VS. ENSINO MÉDIO OBRIGATÓRIO (ESTADUAL)

O Objetivo Específico 1 da pesquisa visa identificar as políticas públicas, diretrizes curriculares e programas institucionais relacionados à Educação Financeira implementados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e pelas escolas estaduais de Foz do Iguaçu. A análise a seguir confronta o panorama da Rede Municipal (visão institucional) com o Estudo de Caso da Rede Estadual (visão da prática e do currículo obrigatório do Paraná), demonstrando as diferentes formas de formalização do tema.

a) Formalização Curricular na Rede Municipal (SME)

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

A inserção da Educação Financeira na Rede Municipal de Foz do Iguaçu segue o previsto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC não estabelece o tema como um componente curricular autônomo e obrigatório, mas o insere de forma transversal e por meio de temas contemporâneos e competências gerais.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) enquadra a Educação Financeira na Competência Geral 6 da BNCC, "Trabalho e Projeto de Vida", que enfatiza a necessidade de "apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade" (MEC, SEB, 2017).

Esta abordagem transversal, embora ancorada na Competência Geral desde a sua publicação, tem sido reforçada por iniciativas recentes do Governo Federal, como o programa "Na Ponta do Lápis" (coordenado pelo MEC e BC) e o uso de plataformas como o Aprender Valor (BC), que visam consolidar a educação financeira, fiscal e previdenciária, reafirmando a BNCC como o documento curricular que fundamenta as ações das redes municipais.

Portanto, na Rede Municipal é possível perceber que: Não é um componente curricular obrigatório autônomo; é trabalhada predominantemente de forma transversal, integrada a outras áreas do conhecimento, como a Matemática e Geografia (para temas de consumo e orçamento); Seu sucesso e sua abordagem dependem da autonomia pedagógica e da iniciativa dos docentes em incorporar o tema ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, o que pode gerar descontinuidade e fragmentação.

A ausência de um programa ou diretriz municipal específica, além do alinhamento à BNCC, sugere que a formalização do tema é mais flexível, dependendo da interpretação e do engajamento de cada unidade escolar para ser efetivamente implementada.

As informações obtidas evidenciam que o município possui iniciativas pontuais voltadas à temática, embora ainda de forma limitada e com desafios a serem superados.

Atualmente, algumas unidades escolares desenvolvem projetos relacionados à educação financeira, empreendedorismo, educação fiscal e cooperativismo. De acordo com a Secretaria, cinco escolas mantêm projetos de empreendedorismo, três escolas possuem iniciativas de educação fiscal, duas têm projetos de cooperativismo

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

e uma unidade conta com um projeto específico de educação financeira. Além disso, parcerias externas, como o programa “A União faz a Vida” do Sicredi e o Prêmio Professor Paulo Freire, estimulam a inserção do tema no cotidiano escolar, mesmo que nem sempre conste formalmente nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das unidades.

No âmbito curricular, a educação financeira está presente de forma transversal na Proposta Pedagógica Curricular do Município para os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no componente de Matemática. Apenas as cinco escolas com atendimento em período integral oferecem a disciplina de maneira mais específica em sua grade diversificada.

Em relação à formação de professores, a Secretaria relata a promoção de capacitações em parceria com instituições financeiras e educacionais, como Sicredi, Sicoob, Cresol, Sebrae e Banco Central, sendo realizadas tanto presencialmente quanto via educação a distância (EAD).

Apesar dessas iniciativas, o principal desafio apontado é a dificuldade dos educadores em relacionar o ensino de educação financeira com as situações reais vividas pelos alunos, integrando o tema de forma significativa à rotina escolar e familiar.

Sobre a exposição dos estudantes a comportamentos de risco, a Secretaria reconhece a preocupação com o envolvimento com apostas e com o uso excessivo de telas, mas ressalta que, na faixa etária atendida pela rede municipal (em sua maioria, crianças de 5 a 11 anos), o problema das apostas ainda não é frequentemente relatado. Até o momento, não há registros formais de situações envolvendo alunos ou famílias impactadas por jogos de aposta.

Por fim, a Secretaria destaca o apoio de parceiros institucionais e a divulgação de programas nacionais, como o Aprender Valor, do Banco Central, para fortalecer a abordagem do tema nas escolas. Avalia-se que a educação financeira desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da cidadania, autonomia e consciência crítica dos alunos, sendo essencial para prepará-los frente aos desafios impostos pela popularização das apostas online e demais práticas de risco financeiro.

O Colégio Estadual, por estar sob as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação (SEED) do Paraná, apresenta um marco institucional de formalização da Educação Financeira mais rígido e explícito do que a abordagem transversal da

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

BNCC. Conforme o relato do informante da direção da escola estadual, apresenta as seguintes características:

a) Ensino Médio: A Educação Financeira está estabelecida como componente curricular obrigatório e como Unidade Curricular obrigatória nas três séries (1º, 2º e 3º), em todas as ofertas e modalidades de ensino. Esta obrigatoriedade está em vigor desde 2021, como parte do programa de implementação do Novo Ensino Médio no estado. O objetivo desse componente curricular é auxiliar os jovens na organização das finanças, no planejamento do orçamento familiar e no desenvolvimento de competências para o uso consciente do dinheiro e o gerenciamento financeiro.
b) Ensino Fundamental - Anos Finais: O tema é tratado como Objeto de Conhecimento dentro do componente curricular de Matemática, seguindo a orientação federal de integração de conteúdo.
c) Gestão Escolar: A presença da Educação Financeira é assegurada e formalizada por estar contemplada no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e ter sua posição garantida na Matriz Curricular.

A opção pela transversalidade, embora alinhada à BNCC, desloca a responsabilidade da política pública para a iniciativa individual dos docentes e das escolas. Esse arranjo institucional produz uma fragmentação da abordagem, na qual a efetividade da educação financeira depende mais da sensibilidade pedagógica do professor do que de uma diretriz pública estruturada. Assim, o que se apresenta como flexibilidade curricular pode, na prática, operar como um mecanismo de diluição da responsabilidade estatal.

4.3 PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO LOCAL

O Objetivo Específico 2 busca descrever os projetos, as ações pedagógicas e as parcerias desenvolvidas nas escolas que abordam a Educação Financeira, com foco na prevenção de comportamentos de risco financeiro entre jovens. Esta análise se concentra em identificar se o marco institucional se traduz em ações concretas e, crucialmente, se o conteúdo abordado se aproxima da perspectiva crítica e preventiva exigida pelo problema das apostas.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

4.3.1 Projetos, Ações e Parcerias na Rede Municipal (SME)

A abordagem da Educação Financeira na Rede Municipal de Foz do Iguaçu, devido à sua natureza transversal, depende fortemente da iniciativa individual das escolas e da capacitação dos docentes para integrar o tema em seus planos de aula, ancorada primariamente na Competência Geral 6 da BNCC (Trabalho e Projeto de Vida). A descrição das ações na SME se concentra, portanto, em diretrizes e incentivos, e não em um programa curricular rígido. As ações identificadas na SME se concentram:

i. Na Formação Docente: A SME direciona esforços para capacitar o corpo docente a integrar a Educação Financeira, sobretudo sob a ótica da transversalidade e do Projeto de Vida.
    a. Prática Identificada: A SME informa que a capacitação docente é realizada através de parcerias com instituições de crédito (Sicredi, SICOOB, Cresol) e com o Sebrae, além da divulgação de capacitações EAD fornecidas pelo Banco Central (Programa "Aprender Valor"). Essa modalidade de formação garante o suporte técnico, mas a resposta não menciona módulos específicos sobre risco, crédito ou endividamento exacerbado, nem sobre o tema das apostas.
    b. Análise: Esta formação tende a priorizar a literacia financeira básica e o empreendedorismo, seguindo o escopo geral da BNCC, mas pode não ter a especificidade e o foco necessários para abordar a complexidade psicossocial e o risco das apostas legais.

ii. Em Projetos Interdisciplinares: A natureza transversal da política estimula a integração do tema em diferentes componentes curriculares, especialmente onde há conexão lógica com números, orçamento e sociedade.
    a. Prática Identificada: SME cita que diversas unidades escolares possuem projetos no PPP envolvendo a temática, tanto direta como indiretamente, com destaque para: empreendedorismo (5 unidades), educação fiscal (3 unidades) e cooperativismo (2 unidades). Há também unidades que desenvolvem projetos sem estarem no PPP, por meio de parcerias como o Programa “A União faz a Vida” (Sicredi) e o Prêmio Professor Paulo Freire.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

b. Análise: Embora esses projetos desenvolvam habilidades essenciais de planejamento e cálculo, eles precisam ser explicitamente conduzidos com uma lente crítica para abordar as causas do endividamento e a sedução do lucro fácil, conforme o referencial da Educação Financeira Crítica.

iii. Em Parcerias: A SME busca apoios externos para complementar a escassez de materiais e a capacitação interna em finanças.

a. Prática Identificada: A Secretaria confirma parcerias ativas com instituições de crédito (Sicredi, SICOOB, Cresol) e a divulgação de programas do Banco Central, indicando que há apoio técnico e institucional suficiente para "fortalecer ações".

b. Análise: A dependência de parcerias com instituições financeiras, embora traga recursos e *expertise*, pode gerar um viés instrumental, privilegiando o consumo e o crédito responsável em detrimento da reflexão crítica sobre o próprio sistema financeiro e os riscos inerentes a ele, como o jogo patológico.

A análise preliminar sugere que, na Rede Municipal, a descrição das ações pedagógicas é mais institucionalizada no discurso (alinhamento à BNCC) do que padronizada na prática, refletindo o desafio de transformar uma competência geral em um eixo de prevenção de riscos na sala de aula. O sucesso da implementação, neste modelo, fica atrelado à proatividade de cada escola e à capacidade do professor de desenvolver o tema com a profundidade crítica necessária, sem um suporte curricular obrigatório específico sobre o tema do risco.

4.3.2 O Colégio Estadual: Da Sala de Aula à Formação Docente

i. Os dados do Colégio Estadual demonstram como a formalização da Educação Financeira na Rede Estadual do Paraná (componente curricular obrigatório no Ensino Médio, se traduz em práticas pedagógicas no nível da gestão escolar. A resposta do informante da direção da escola estadual permite descrever as ações em três eixos principais:

ii. Ações Curriculares e Material Didático:

a. Implementação Sistemática: O tema é ensinado de forma sistemática, pois está garantido na Matriz Curricular de todas as três séries do Ensino

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Médio como Unidade Curricular obrigatória. Isso garante a continuidade do conteúdo, diferentemente da fragmentação que pode ocorrer na abordagem puramente transversal.

b. Foco Curricular: O objetivo é auxiliar os jovens na organização de suas finanças pessoais, no planejamento do orçamento familiar e no desenvolvimento de competências para o uso consciente do dinheiro e o gerenciamento financeiro.
c. Suporte Pedagógico: A escola utiliza conteúdos disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), o que proporciona um acervo de materiais para apoiar a implementação do componente.

1. Parcerias Institucionais:
   i. O colégio buscou e recebeu apoio institucional de banco, que realizou palestras educativas com os alunos, abordando conceitos básicos sobre finanças.
   ii. Análise de Viés: Embora as parcerias tragam *expertise* externa, a natureza dessas ações, tipicamente focada em "conceitos básicos" e "finanças", tende a privilegiar uma perspectiva instrumental da Educação Financeira (poupar, investir, gerenciar) e pode carecer de um olhar crítico sobre o sistema financeiro, os mecanismos de dívida e, principalmente, os riscos inerentes à aposta e ao consumo irresponsável.
2. Formação Docente:
   i. Os professores da instituição têm acesso a conteúdo *online* e participam ativamente das formações ofertadas pela SEED, especialmente no curso "Formadores em Ação".
   ii. Este programa é vital, pois, ao promover a troca de experiências e a construção de novas estratégias, dá suporte à formação continuada e minimiza o desafio de capacitação em um tema relativamente novo na grade obrigatória.

A descrição das práticas no ESTADUAL mostra que a maior formalidade da Rede Estadual (componente obrigatório) se traduz em um esforço sistemático e apoiado em formação continuada para levar a Educação Financeira aos alunos.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Alcance: O colégio demonstra uma preocupação com o desenvolvimento de competências para o planejamento financeiro e o uso consciente do dinheiro.
Limitação da Prevenção Direta: As ações descritas ainda pendem para a literacia financeira tradicional (focada em organização e poupança). Não foram mencionadas iniciativas curriculares específicas que abordem a psicologia do jogo ou a análise crítica da publicidade de apostas – temas cruciais para o foco preventivo desta pesquisa.

O registro Do informante diz que "a escola não registrou nenhum caso concreto relacionado a apostas digitais que tenha exigido intervenção direta", mas que os alunos "demonstram conhecimento sobre esse tipo de prática", evidencia a lacuna: o tema social está presente, mas a resposta pedagógica ainda parece estar embasada em ferramentas de educação financeira geral, e não em uma estratégia direta de mitigação de risco e desenvolvimento de senso crítico. Esta urgência é, no entanto, articulada de forma explícita no discurso da do informante.

4.4 A PERCEPÇÃO CRÍTICA E O DESAFIO DAS APOSTAS

O Objetivo Específico 3 é o ponto de maior complexidade do trabalho: Avaliar em que medida as práticas de educação financeira identificadas contribuem para a sensibilização e formação crítica dos jovens diante dos riscos socioeconômicos da legalização das apostas. Como a metodologia não incluiu a avaliação direta dos jovens, esta seção se concentra na análise do discurso dos gestores (SME e Do informante Estadual) a partir do referencial teórico da Educação Financeira Crítica (EFC) e dos riscos psicossociais das apostas (Capítulo 2).

O discurso da SME sobre o tema do risco financeiro tende a ser diluído na abordagem mais ampla de "consumo responsável" e "projeto de vida" (Competência Geral 6 da BNCC).

i. Foco no Comportamento Positivo: A SME prioriza o incentivo a comportamentos financeiros positivos (poupança, empreendedorismo), em vez de uma abordagem direta à prevenção de patologias ou riscos extremos.
ii. Vulnerabilidade Institucional: A ausência de um programa específico e a dependência da transversalidade implicam que a SME, enquanto órgão

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

regulador, não tem uma política pública definida para atuar como estratégia de prevenção aos riscos da legalização das apostas.

iii. O Reconhecimento da Urgência e a Necessidade da Formação Crítica (Colégio Estadual)

Risco Percebido vs. Ação Curricular

O informante reconhece que, apesar de a escola não ter registrado "nenhum caso concreto" de envolvimento problemático com apostas, os alunos "demonstram conhecimento sobre esse tipo de prática". Esta observação é um achado de pesquisa que confirma a urgência.

i. O discurso do informante se aprofunda na crítica aos fatores externos, que é o cerne da EFC:

ii. A Crítica ao Marketing: O informante identifica corretamente os agentes de risco ao mencionar a "sociedade cada vez mais influenciada pelas redes sociais e pelos influenciadores digitais, que promovem plataformas de apostas com forte apelo emocional e promessas de ganhos rápidos". A preocupação do informante da gestão escolar com o apelo das redes sociais reforça o que foi discutido na fundamentação teórica: o ciclo de reforço intermitente, movido pela liberação de dopamina, cria forte vínculo emocional com as apostas. Assim, a mera instrução técnica não é suficiente — é preciso uma abordagem que enfrente os mecanismos cognitivos e comportamentais envolvidos.

   a. Conexão Teórica: Esta percepção conecta-se diretamente ao referencial teórico sobre a psicologia da recompensa e a aversão à perda (Capítulo 2.4). O discurso da escola reconhece que o desafio não é apenas financeiro, mas psicossocial, pois as apostas "atingem especialmente os adolescentes, ao se conectar com desejos, expectativas e frustrações comuns dessa fase da vida."

iii. A Defesa da Formação Emancipatória: O discurso do informante é uma defesa explícita da Educação Financeira Crítica, indo além do escopo do componente curricular obrigatório do Paraná:

   a. "Trata-se de promover uma formação crítica, reflexiva e emancipadora..."

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

b. "É necessário que a educação financeira nas escolas vá além da orientação sobre economia doméstica ou do incentivo ao simples hábito de poupar."
c. A proposta é promover "debates sobre como o sistema financeiro influencia as decisões pessoais" e "refletir sobre os motivos que levam parte da população a buscar alternativas arriscadas".

iv. A Contribuição e os Desafios da Prática
v. A avaliação final do O.E. 3 aponta para uma disparidade:
    a. Contribuição das Práticas: A obrigatoriedade do componente curricular na Rede Estadual e as ações pedagógicas garantem a sensibilização inicial dos jovens sobre o planejamento e o uso consciente do dinheiro.
vi. Desafio da Efetividade Crítica: O próprio discurso do informante reconhece que, para alcançar a formação crítica e a prevenção efetiva contra as apostas, a escola precisa de mais do que a estrutura atual. O fortalecimento da EFC exige: "investimentos em formação docente de qualidade, integração real entre os componentes curriculares, projetos que envolvam a comunidade escolar, atenção à saúde emocional dos estudantes e articulação com políticas públicas".

Em suma, o informante válida a hipótese central desta pesquisa: as atuais práticas de Educação Financeira, embora bem-intencionadas e estruturadas (na Rede Estadual), são insuficientes em sua perspectiva crítica para atuarem como estratégia de prevenção robusta diante da complexidade do fenômeno das apostas legais. A consciência sobre o problema existe na gestão da escola, mas a sua tradução em políticas públicas e práticas pedagógicas específicas ainda é um desafio não superado nas duas redes de ensino de Foz do Iguaçu.

4.5 SÍNTESE COMPARATIVA DOS RESULTADOS

O panorama da Educação Financeira (EF) em Foz do Iguaçu foi estabelecido por meio da triangulação metodológica entre os dados da Secretaria Municipal de Educação (SME), o Estudo de Caso no Colégio Estadual e o referencial teórico da Educação Financeira Crítica. O cruzamento dessas três fontes de evidência revela um

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

quadro de disparidades estruturais e, simultaneamente, uma importante convergência no nível da percepção crítica.

A análise demonstrou que a Educação Financeira está formalmente estabelecida em ambas as redes, com maior sistematização no Ensino Médio Estadual e de forma transversal no Ensino Fundamental Municipal. No entanto, essa formalização não se traduz em uma resposta educacional adequada ao desafio crescente das apostas legais. A descrição das práticas pedagógicas em campo confirmou que os esforços estão concentrados primariamente na promoção da literacia e da organização financeira, focando em consumo consciente, poupança e orçamento. Ao se confrontar essa prática com os pressupostos da EFC, conclui-se que tais ações, embora necessárias, demonstram-se insuficientes para o pleno desenvolvimento de uma formação crítica, reflexiva e emancipadora dos estudantes.

O ponto de maior destaque da análise é o notável desalinhamento entre a visão estratégica da gestão escolar e a ação curricular concreta. Por um lado, a gestão do Colégio Estadual demonstrou um alinhamento direto com a EFC, ao identificar o risco das apostas como um problema psicossocial enraizado na busca por gratificação imediata. Por outro lado, as ações de prevenção implementadas e mapeadas nas práticas pedagógicas ainda não correspondem a essa visão avançada.

Em síntese, a triangulação indica que o desafio primordial não reside na ausência do tema Educação Financeira no currículo, mas sim na qualidade, intencionalidade e foco da abordagem. Esse instrumento visa equipar os jovens não apenas para a gestão de seus recursos, mas, fundamentalmente, para a análise dos discursos de risco e para a resistência informada ao apelo da gratificação imediata promovido pelo fenômeno das apostas legais.

Esse panorama reforça o que a fundamentação teórica já apontava: quando a educação financeira não adota uma perspectiva contextual, crítica e interdisciplinar, ela se reduz a uma instrução técnica, incapaz de preparar os estudantes para lidar com fenômenos complexos como o marketing emocional das plataformas de apostas, que se aproveita de vulnerabilidades socioeconômicas e cognitivas. Como discutido anteriormente na fundamentação — especialmente no trecho em que se afirmar que “a escola deve promover debates sobre como o sistema financeiro influencia as decisões pessoais e estimular a reflexão sobre os motivos que levam parte da população a buscar alternativas arriscadas” — a formação crítica e reflexiva torna-se indispensável.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso propôs-se a analisar em que medida as políticas e práticas de Educação Financeira (E.F.) nas redes municipal e estadual de Foz do Iguaçu (PR) estão alinhadas com o desenvolvimento de uma formação crítica e preventiva, capaz de mitigar os riscos socioeconômicos e psicossociais trazidos pela legalização e popularização das apostas digitais (Lei nº 14.790/2023).

O referencial teórico demonstrou a urgência do problema, destacando o baixo letramento financeiro crítico no Brasil (PISA) e o risco da ludopatia, impulsionada pelo marketing agressivo de plataformas de apostas. A análise do campo (Capítulo 3) revelou que, embora o tema da E.F. esteja presente nos arranjos institucionais de ambas as redes, as práticas e políticas atuais são insuficientes em sua perspectiva crítica e preventiva para lidar com a complexidade do problema.

O marco institucional da Educação Financeira (EF) diverge entre as redes: a Municipal opta pela abordagem transversal, enquanto a Estadual implementa um componente curricular obrigatório. Apesar de o modelo estadual garantir sistematização, ambos os arranjos se mostram frágeis por não direcionarem explicitamente o conteúdo para a prevenção dos riscos financeiros.

Em termos de práticas pedagógicas, as ações nas redes concentram-se predominantemente na literacia financeira instrumental (orçamento, planejamento), em detrimento da Educação Financeira Crítica. Essa concentração dilui o potencial preventivo do currículo, pois ignora a necessidade de abordar a psicologia do jogo, o marketing de manipulação e a crítica ao sistema financeiro.

Por fim, embora tenha sido identificada uma valiosa consciência crítica no nível da gestão escolar, que defende uma formação reflexiva e emancipadora contra o "apelo emocional" das apostas, esta visão não está traduzida em um currículo intencional ou em políticas públicas padronizadas nas redes, configurando a principal lacuna da resposta educacional municipal.

Em síntese, O desafio em Foz do Iguaçu não reside na ausência da Educação Financeira, mas sim na qualidade e na intencionalidade de sua abordagem. É imperativo que as políticas públicas promovam a migração de um modelo de Educação Financeira focado no cálculo para um modelo de Educação Financeira Crítica, concentrado no senso social, ético e emocional.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

A presente pesquisa, apresentou as seguintes limitações: Limitação da Amostra: A coleta de dados primários da Rede Estadual foi restrita a um Estudo de Caso Único o que impede a generalização dos achados para toda a rede paranaense. Foco nos Gestores: O estudo concentrou-se na análise da política e da percepção da gestão (SME e ESCOLA ESTADUAL), sem incluir a voz do público-alvo direto: os professores (agentes da prática) e os estudantes (receptores da política). Desta forma, a avaliação do impacto real da Educação Financeira (EF) nos alunos e as dificuldades enfrentadas pelos docentes não puderam ser mensuradas. Natureza Documental e Discursiva: A avaliação da eficácia da EF foi realizada com base em documentos e discursos. Não houve a aplicação de testes de letramento financeiro ou de instrumentos para medir a vulnerabilidade ao jogo, o que teria oferecido dados quantitativos para a análise do risco.

Com base nestas limitações, sugerem-se as seguintes linhas de Pesquisas Futuras: Estudo da Prática Docente e Percepção Estudantil: Realizar uma pesquisa qualitativa que inclua entrevistas com professores de ambas as redes para mapear os desafios pedagógicos da EF e aplicar questionários aos alunos para medir seu nível de exposição às plataformas de apostas e sua capacidade de análise crítica das mesmas; Proposição e Avaliação de Intervenção: Desenvolver um projeto de pesquisa-ação que proponha e avalie a implementação de um módulo específico de Educação Financeira Crítica, focado em risco psicossocial e mídia digital, para medir a eficácia desta abordagem na sensibilização dos jovens.

O estudo demonstrou que a resposta ao problema das apostas legais nas escolas de Foz do Iguaçu exige a transição urgente de uma Educação Financeira (E.F.) de caráter meramente instrumental para uma Educação Financeira Crítica (EFC), focada na prevenção e na emancipação. A escola tem um papel estratégico e irrenunciável na contenção dos riscos gerados pela nova economia do jogo no Brasil. A implementação da Educação Financeira Crítica, apoiada por uma política pública municipal e estadual intencional, é a única via para transformar o jovem de mero receptor de publicidade em um cidadão financeiramente consciente, crítico e emancipado.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Letramento Financeiro. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/letramento_financeiro. Acesso em: 27 out. 2025.

UOL Economia. Jogo do Tigrinho atrai 40% dos apostadores endividados das classes D e E. Disponível em:https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/12/07/jogo-do-tigrinho-endividados.htm?cmpid=copiaecola

MIRANDA, Maria Dulce. Jogo do tigrinho: comerciante perde R$ 160 mil em apostas. Estado de Minas, 28 jun. 2024. Disponível em: https://www.em.com.br/nacional/2024/06/6887254-jogo-do-tigrinho-comerciante-perde-rs-160-mil-em-apostas.html

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Letramento Financeiro no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/letramento/relatorio-de-letramento-financeiro.pdf.

BRASIL. Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, edição extra, 30 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14790.htm.

BBC BRASIL. Virgínia Fonseca: por que influenciadora vai depor na CPI das Bets. BBC News Brasil, 12 jul. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1ldg19m29go

G1. Virginia diz que usa conta fornecida pela empresa para fazer propaganda de bets. G1, 13 de maio de 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/13/virginia-diz-que-usa-conta-fornecida-pela-empresa-para-fazer-propaganda-de-bets.ghtml

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect theory: An analysis of decision under risk. Econometrica, v. 47, n. 2, p. 263–291, mar. 1979. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1914185

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/

Tradução livre de: LUSARDI, Annamaria. Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications. Swiss Journal of Economics and Statistics, v. 155, n. 1, p. 6, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s41937-019-0027-5

BORGES, Deivid; BETNACIONAL. O mercado de apostas esportivas no Brasil: O que esperar em 2024. CNN Brasil, 23 set. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/apostas/casas-de-apostas/o-mercado-de-apostas-esportivas-no-brasil-o-que-esperar-em-2024/

GARCIA, Nathalia. Quase 60 % dos itens de inflação estão acima do teto da meta perseguida pelo BC, diz Galípolo. Folha de S.Paulo, Brasília, 9 jul. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/quase-60-dos-itens-de-inflacao-estao-acima-do-teto-da-meta-perseguida-pelo-bc-diz-galipolo.shtml

NAKAGAWA, Fernando. Apostas movimentam 1% do PIB e comprometem até 20% do orçamento livre dos mais pobres, diz estudo. CNN Brasil, 20 jun. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/fernando-nakagawa/economia/macroeconomia/apostas-movimentam-1-do-pib-e-comprometem-ate-20-do-orcamento-livre-dos-mais-pobres-diz-estudo/

CONAR. Regras para a Publicidade de Apostas. Disponível em: http://www.conar.org.br/pdf/conar-regras-apostas-folder-web.pdf.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Gambling. Newsroom – Fact sheets, 2 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/gambling

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

BASÍLIO, Raíssa; MARIANI, Daniel. Atendimento a dependentes de apostas cresce 7 vezes no SUS, com alta maior entre mulheres. Folha de S.Paulo, 14 nov. 2024.Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/11/atendimento-a-dependentes-de-apostas-cresce-7-vezes-no-sus-com-alta-entre-mulheres.shtml.

VARGAS, Mateus. SUS tem alta de atendimentos por vício em aposta, e Padilha defende controle como o do cigarro. Folha de S.Paulo, São Paulo, 10 jun. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/06/sus-tem-alta-de-atendimentos-por-vicio-em-aposta-e-padilha-defende-controle-como-o-do-cigarro.shtml

DEJONG, Shelly. MSU study reveals dopamine's unexpected role in memory devaluation. East Lansing: Department of Psychology – Michigan State University, 14 mar. 2025. Disponível em: https://psychology.msu.edu/news-events/news/dopamine-research.html.

SILVA, Vinícius Germano Almeida. Ciclo vicioso e consequências dos jogos de azar. BIUS – Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia, Manaus, v. 51, n. 45, mar. 2025. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/17754

FERRARI, Leon. Com bets e 'tigrinho', médicos se preocupam com nova face do vício em jogo: 'Caça-níquel ambulante'. Estadão, São Paulo, 11 julh. 20255. Disponível em: https://www.estadao.com.br/saude/com-bets-e-tigrinho-medicos-se-preocupam-com-nova-face-do-vicio-em-jogo-caca-niquel-ambulante/

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. Disponível em: https://gflec.org/wp-content/uploads/2014/12/economic-importance-financial-literacy-theory-evidence.pdf

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório da OCDE avalia letramento financeiro entre adolescentes. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor/NoticiaAprenderValor/100/noticia

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

SILVA, Eduardo André Cândido; VILS, Leonardo. Vulnerabilidade financeira e poupança nas populações de baixa renda no Brasil. In: SINGEP-CIK – Congresso Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade, 12., 2024, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: UNINOVE, 2024. Disponível em: https://submissao.singep.org.br/12singep/proceedings/arquivos/107.pdf.

GONSALVES, Wesley. Bets: cresce número de brasileiros que pegam empréstimos e gastam em apostas online, mostra pesquisa. Estadão, 26 set. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/negocios/bets-brasileiros-emprestimos-apostas-pesquisa/

MUNHOZ, Fábio. Jogo do Tigrinho: algoritmo pode ser manipulado para alterar resultados, diz especialista. CNN Brasil, São Paulo, 2 jul. 2024. Atualizado em 1 jul. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/jogo-do-tigrinho-algoritmo-pode-ser-manipulado-para-alterar-resultados-diz-especialista/.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students? Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iv_5a849c2a-en.html

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Enef – Estratégia Nacional de Educação Financeira. Portal MEC, 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/enef

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Portal MEC. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Aprender Valor – educação financeira. Disponível em: https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental (versão final). Brasília: MEC, 2018. Disponível emhttps://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

APÊNDICES

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU.

Prezada Secretaria Municipal de Educação,

As perguntas a seguir fazem parte de uma pesquisa vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Kamila Jaíssa dos Santos, do curso de Administração Pública e Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. O objetivo é compreender o cenário local da educação financeira nas escolas municipais, especialmente no contexto da crescente popularização das apostas legais entre jovens. Agradecemos a atenção e disponibilidade para contribuir com esta importante análise.

1. As escolas municipais de Foz do Iguaçu atualmente desenvolvem projetos ou
2. Existe alguma diretriz curricular municipal que inclua a educação financeira de forma transversal?
3. Quais são os maiores desafios enfrentados para a inclusão efetiva da educação financeira no cotidiano escolar?
4. Há percepção, por parte da gestão ou dos educadores, de que os jovens estão mais expostos a comportamentos de risco financeiro, como o envolvimento com apostas?
5. Existem registros ou relatos de situações envolvendo alunos ou famílias impactadas por jogos de aposta?
6. A Secretaria percebe apoio suficiente (financeiro, técnico ou institucional) para fortalecer ações de educação financeira na rede municipal?
7. Como a Secretaria avalia o papel da escola na formação de um jovem mais consciente financeiramente diante da popularização das apostas online?

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A DIRETORIA DE ESCOLA ESTADUAL

Prezada, Direção escolar,

As perguntas a seguir fazem parte da pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Kamila Jaíssa dos Santos, estudante do curso de Administração Pública e Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O objetivo da entrevista é compreender o papel da escola estadual na promoção da educação financeira, especialmente diante da crescente popularização das apostas online.

Agradecemos imensamente pela sua colaboração.

8. Poderia fazer uma breve descrição da escola (nome da escola, número aproximado de alunos, séries atendidas e principais projetos em andamento)
9. A escola possui atualmente algum projeto ou atividade voltada à educação financeira? Poderia descrevê-lo?
10. A temática da educação financeira está prevista no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola?
11. Há professores ou disciplinas que abordam conteúdos de educação financeira, mesmo que de forma transversal?
12. A escola já recebeu apoio institucional (como bancos, cooperativas ou ONGs) para trabalhar educação financeira com os alunos?
13. Os professores da escola já participaram de alguma capacitação ou formação voltada ao tema da educação financeira?
14. O (a) senhor(a) já identificou ou tomou conhecimento de alunos envolvidos em apostas digitais ou que enfrentaram dificuldades financeiras associadas a elas?
15. Na sua visão, quais são os maiores desafios para a implementação efetiva da educação financeira crítica no ambiente escolar?
16. senhor(a) acredita que os jovens estão mais vulneráveis hoje à ideia do 'dinheiro fácil' promovida por apostas online e redes sociais?

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

17. Como o(a) senhor(a) avalia o papel da escola diante da crescente exposição dos jovens às apostas digitais?
18. Que sugestões ou demandas o(a) senhor(a) teria para fortalecer a inserção da educação financeira crítica na escola?

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

ANEXOS

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

ANEXO A – ENTREVISTA RESPONDIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU

Prezada Secretaria Municipal de Educação,
As perguntas a seguir fazem parte de uma vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Kamila Jaíssa dos Santos, do curso de Administração Pública e Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. O objetivo é compreender o cenário local da educação financeira nas escolas municipais, especialmente no contexto da crescente popularização das apostas legais entre jovens. Agradecemos a atenção e disponibilidade para contribuir com esta importante análise.

1. As escolas municipais de Foz do Iguaçu atualmente desenvolvem projetos ou atividades sobre educação financeira?

Temos unidades que possuem em seu Projeto Político Pedagógico, projetos envolvendo esta temática, tanto direta como indiretamente:

- 5 unidades escolares possuem projetos sobre empreendedorismo;
- 3 unidades escolares possuem projetos sobre educação fiscal;
- 2 unidades escolares possuem projetos sobre cooperativismo;
- 1 unidade escolar possui projeto específico de educação financeira.
- 1 unidade além de possuir projeto de empreendedorismo e cooperativismo possui o Núcleo Territorial de Mulheres Empreendedoras – Região do Porto Belo – ACIFI. Vale ressaltar que por vezes alguns projetos são desenvolvidos, mesmo sem estarem no PPP da unidade, como é o caso da parceria com o Sicredi, através do Programa “A União faz a Vida” e também por conta do Prêmio Professor Paulo Freire, que a secretaria organiza todos os anos como forma de valorizar as boas práticas dos profissionais da educação. A Educação Financeira sempre aparece no desenvolvimento de projetos nestas oportunidades.

2. Existe alguma diretriz curricular municipal que inclua a educação financeira de forma transversal?

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Na Proposta Pedagógica Curricular do Município de 1º a 5º ano no Componente Curricular de Matemática, a Educação Financeira está presente de forma transversal. Somente as 5 unidades escolares que possuem o atendimento em period integral em sua grade curricular, na parte diversificada, a Educação Financeira, aparece de forma específica.

3. A Secretaria já promoveu capacitações ou formações em educação financeira para professores da rede?

Sim, por meio de parcerias com instituições de crédito como Sicredi, SICOOB e Cresol, como também com o Sebrae e Banco Central através de capacitações EAD.

4. Quais são os maiores desafios enfrentados para a inclusão efetiva da educação financeira no cotidiano escolar?

O maior desafio é a compreensão dos educadores na hora do seu planejamento em correlacionar as situações cotidianas com os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula e assim trabalhar esta temática de forma transversal e diária, entendendo que a vivência do aluno é importante e para que o aprendizado seja significativo tem que estar relacionado ao dia a dia do aluno e de sua família.

5. Há percepção, por parte da gestão ou dos educadores, de que os jovens estão mais expostos a comportamentos de risco financeiro, como o envolvimento com apostas?

Sim, tanto o envolvimento com apostas como a dificuldade em colocar limites do uso de telas. O público que atendemos na Rede Municipal de Ensino, nas Escolas Municipais é de 5 a 11 anos, tendo alguns casos em que alunos ficam fora desta faixa etária, mas são poucos. Dentro deste universo, as apostas online não são muito mencionadas, mas a questão do uso demasiado de tela sim, falta de controle emocional por conta do uso excessivo de tela e falta de limites por parte da família é mais recorrente do que a problemática das apostas.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

6. Existem registros ou relatos de situações envolvendo alunos ou famílias impactadas por jogos de aposta?

Que chegou até o conhecimento da Secretaria Municipal da Educação, não.

7. A Secretaria percebe apoio suficiente (financeiro, técnico ou institucional) para fortalecer ações de educação financeira na rede municipal? Sim, temos parceiros que contribuem para trabalhar esta temática em sala de aula, como mencionado na questão 3. Realizamos também a divulgação do Programa Aprender Valor para os professores da rede municipal. Este programa é uma iniciativa do Banco Central do Brasil, em parceria com o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, do Ministério da Justiça, visando ensinar a Educação Financeira a alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras.

8. Como a Secretaria avalia o papel da escola na formação de um jovem mais consciente financeiramente diante da popularização das apostas online?

Partindo do pressuposto de que a Educação é trabalho, é atividade mediadora no âmbito da prática social e que educar é contribuir para consolidar o processo de humanização do homem, a concepção de Cidadania segundo a Proposta Pedagógica Curricular que sustenta as ações pedagógicas, filosóficas e legais da Rede Pública de Ensino do município de Foz do Iguaçu, é muito ampla e perpassa por todos os componentes curriculares, tanto de forma direta como indireta e a compreende como o desenvolvimento dos educandos no que se refere a compreensão de seus direitos e deveres, participação social e política, busca por oportunidades para atuar como cidadãos mais conscientes e participativos, transformando assim o meio social em que vivem.

Todos os demais documentos legais que amparam a prática docente está pautada na BNCC e, portanto, pode-se dizer que a competência “Trabalho e projeto de vida” é desenvolvida no âmbito escolar, como forma de mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

Esta competência explicita que para desenvolvê-la é necessário valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (MEC, SEB, 2017).

Neste sentido, a escola precisa ser um ambiente onde os sujeitos aprendam não somente os conhecimentos cientificamente acumulados, mas também o que lhes proporciona capacidade de administrar sua vida, participar ativamente no que diz respeito aos problemas da comunidade, fazer escolhas e sonhar, mas também a descobrir formas de realização desses caminhos que foram traçados, como ações de cooperação, planejamento e autoconfiança.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

ANEXO B – ENTREVISTA RESPONDIDA POR UMA DIREÇÃO ESCOLAR ESTAUDAL DE FOZ DO IGUAÇU

O Colégio Estadual atende aproximadamente 1.230 alunos, distribuídos entre 16 turmas de Ensino Fundamental, 11 turmas de Ensino Médio e turmas de Ensino Médio Profissional, nos cursos de Administração, Farmácia e Desenvolvimento de Sistemas Integrado. Desde 2021, a escola conta com a Educação Financeira como componente curricular obrigatório no Ensino Médio, conforme o programa idealizado e implementado pelo Governo do Paraná. Esse componente tem como objetivo auxiliar os jovens na organização de suas finanças pessoais, contribuir com o planejamento do orçamento familiar e desenvolver competências fundamentais para o uso consciente do dinheiro, o gerenciamento e o planejamento financeiro.

A Educação Financeira está contemplada no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e tem sua presença assegurada na Matriz Curricular de diferentes formas, conforme o nível de ensino. No Ensino Fundamental - Anos Finais, a Educação Financeira é uma Unidade Curricular obrigatória nas escolas e é trabalhada como objeto de conhecimento dentro do componente curricular de Matemática. Já no Ensino Médio, a Educação Financeira aparece como Unidade Curricular obrigatória nas três séries, em todas as ofertas e modalidades de ensino.

A escola já recebeu apoio institucional de banco, que realizou palestras educativas com os alunos, abordando conceitos básicos sobre finanças. Os professores da instituição também têm acesso a conteúdo disponibilizados de maneira online por meio do LRCO e estes também participam das formações ofertadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), especialmente no curso "Formadores em Ação", que promove trocas de experiências entre educadores e a construção de novas estratégias de ensino.

Até o momento, a escola não registrou nenhum caso concreto relacionado a apostas digitais que tenha exigido intervenção direta. Os alunos demonstram conhecimento sobre esse tipo de prática, mas não há relatos formais de envolvimento problemático.

No entanto, como diretora da instituição, reconheço que a implementação efetiva da educação financeira crítica nas escolas ainda enfrenta desafios significativos, que vão muito além da simples inserção de conteúdos relacionados a dinheiro, consumo ou investimentos. Trata-se de promover uma formação crítica, reflexiva e emancipadora,

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43

que prepare os estudantes para compreender as complexidades do mundo econômico e desenvolver uma postura ética e consciente diante das decisões financeiras.

Vivemos em uma sociedade cada vez mais influenciada pelas redes sociais e pelos influenciadores digitais, que promovem plataformas de apostas com forte apelo emocional e promessas de ganhos rápidos. Esse tipo de discurso atinge especialmente os adolescentes, ao se conectar com desejos, expectativas e frustrações comuns dessa fase da vida. A facilidade de acesso às plataformas, muitas vezes por meio de dispositivos móveis e métodos de pagamento integrados, amplia ainda mais os riscos. Nesse contexto, a escola tem um papel essencial e estratégico. Não se trata apenas de reprimir ou proibir comportamentos, mas de atuar como um espaço de formação crítica, acolhimento e conscientização.

É necessário que a educação financeira nas escolas vá além da orientação sobre economia doméstica ou do incentivo ao simples hábito de poupar. Ela deve promover debates sobre como o sistema financeiro influencia as decisões pessoais, refletir sobre os motivos que levam parte da população a buscar alternativas arriscadas e estimular uma compreensão mais ampla dos mecanismos que moldam a vida econômica e social. A escola deve formar sujeitos conscientes, capazes de tomar decisões responsáveis e de atuar de forma crítica na sociedade.

Fortalecer a inserção da educação financeira crítica na escola exige investimentos em formação docente de qualidade, integração real entre os componentes curriculares, projetos que envolvam a comunidade escolar, atenção à saúde emocional dos estudantes e articulação com políticas públicas que garantam autonomia pedagógica e impeçam a mercantilização do espaço escolar. Dessa forma, a educação financeira se transforma em uma ferramenta de emancipação e de construção cidadã, contribuindo para o desenvolvimento de jovens mais preparados para lidar com os desafios econômicos do presente e do futuro.

Versão Final Homologada
16/12/2025 19:43